

## COMO SURTIU O MPLA?

10 ANOS DE LUTA  
DEZEMBRO  
1956 - 1966

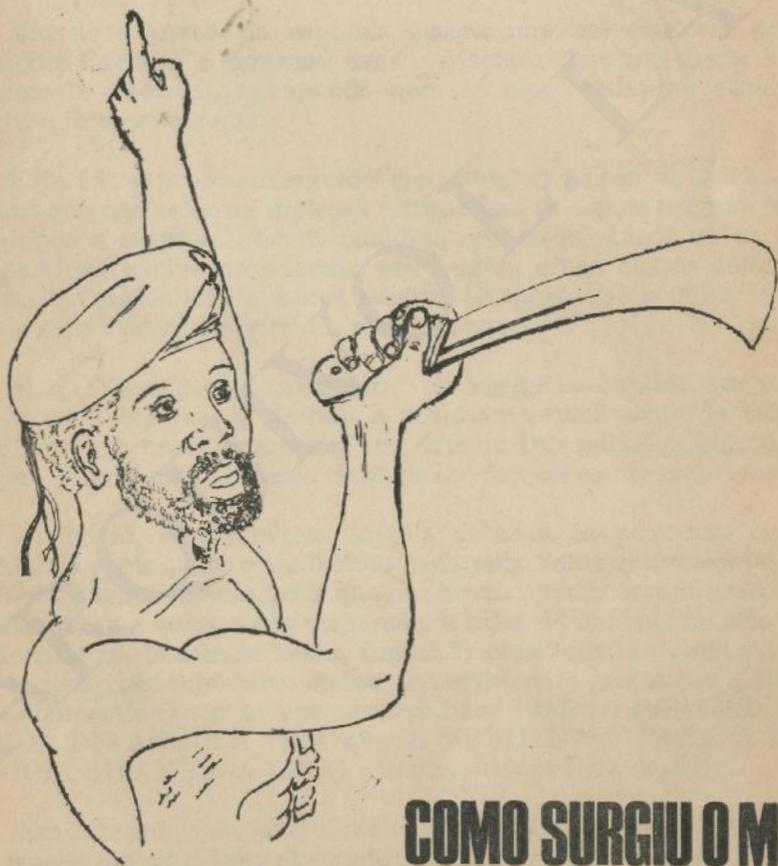
6 ANOS DE LUTA  
ARMADA  
1961 - 1967

ARQUIVO L. LARA

EDIÇÃO DO COMISSARIADO POLITICO NACIONAL DAS FAPLA

— Secção de Agitação e Propaganda —

ARQUIVO



**COMO SURTIU O MPLA?**



## M. P. L. A. — DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA

### DEZ ANOS DE LUTA EM PROL DO POVO ANGOLANO

A resistência do Povo Angolano contra o colonialismo português é tão antiga como o próprio colonialismo. Os nomes gloriosos dos grandes heróis angolanos dos séculos passados, Njinga a Mbandi, Kandimba, Bula Matadi, Tulante Buta, Mutuyakevela, Kajundo, Ekuikui, Homovoko, Mandume e tantos outros, ficaram gravados para sempre no espírito do Povo Angolano.

Mas só a partir da segunda guerra mundial estavam reunidas as condições internas e externas para o desencadeamento duma luta verdadeiramente nacional, agrupando num só bloco todas as etnias do país contra o inimigo comum.

Este foi o processo seguido em todos os países de África. Mas enquanto que nas colónias inglesas e francesas (e depois belgas) foi possível logo após a segunda guerra mundial, que os africanos se organizassem em partidos e sindicatos legais, em Angola e nas outras colónias portuguesas tal possibilidade nunca existiu, de modo que a única via a seguir era da constituição de partidos clandestinos

Esta diferença é fundamental. Só assim se explica que os partidos das outras colónias se dessem a conhecer rapidamente às massas, e se fundissem em breve tempo em um, dois ou três partidos únicos, enquanto que em Angola este processo tinha de ser forçosamente mais lento.

De início, surgiram em Angola dezenas de pequenas organizações espalhadas pelo país, trabalhando cada uma delas activamente no sentido de mobilizar as massas, mas que em breve reconheceram que o seu maior handicap era a sua grande dispersão, a falta de unidade no seio das forças nacionalistas. Foram-se assim fundindo umas com as outras (o processo era necessariamente lento dadas as medidas de precaução a tomar numa luta clandestina) até se encontrarem, em 1953, no PARTIDO DA LUTA UNIDA DE ANGOLA (PLUA), no MOVIMENTO PARA A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (MIA) e noutros de menos projecção.

Em Dezembro de 1956 a maioria das diferentes organizações existentes lançou um manifesto apelando para a unificação do movimento nacional.

lista no seio do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA).

É um momento histórico da luta do povo angolano. Aliás o manifesto expressa bem alto nível político atingido então pelo povo angolano que, apesar de todas as dificuldades da clandestinidade e apesar do obscurantismo colonial português, tinha-se sabido guindar ao primeiro plano da maturidade política em África. O manifesto afirma:—

“ O objectivo da exploração e da opressão do imperialismo sobre o povo angolano tem sido, continua e continuará a ser sempre a obtenção de lucros máximos”...

“ Toda a administração de Angola está nas mãos do estado colonialista. Toda a vida social angolana foi desorganizada e aniquilada. Fazem silencio sobre a nossa história, ou deturparam-na e difamaram-na”—...

“ Somos humilhados como indivíduo e como povo”.

“ O colonialismo inoculou, pois, em todo o organismo de Angola, o micróbio da ruína, do ódio, do atrazo, da miséria, do obscurantismo da reacção. O caminho em que nós vêem obrigando a seguir, é, portanto absolutamente contrário aos supremos interesses do povo angolano, aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos.

Mas o manifesto não se limita a uma análise do colonialismo português. Ele vê no imperialismo o maior apoio dos colonialistas portugueses e condena a penetração em Angola do capital monopolista internacional.

E mais adiante...

“ Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar as cores políticas, a situação social dos indivíduos, as crenças religiosas e as tendências filosóficas dos indivíduos, através, portanto, do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Tais são as ideias que mobilizaram em torno do MPLA, camponeses, operários, funcionários, intelectuais e personalidades religiosas. Outras

organizações foram ainda criadas e a mais importante delas, o **MOVIMENTO PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA (MINA)**, nascido em 1958, funcionou mais tarde com o MPLA.

Entretanto, *no exterior de Angola*, entre os angolanos residentes no Congo-Kinshasa e no Congo-Brazzaville, nasceram organizações regionalistas de carácter mutualista. Com a independência do Congo-Kinshasa, evoluíram para organizações políticas. Tal foi o caso da **UNIÃO DAS POPULAÇÕES DO NORTE DE ANGOLA** (que em 1958 se transformou em **UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA - UPA**). A **ALLIANCE DES RESSORTISSANTS DE L'ENCLAVE DE CABINDA - AREC** (hoje Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda - MLEC e da **ALLIANCE DES RESSORTISSANTS DE ZOMBO - ALLIAZO** - (hoje Parti Democrate de L'Angola - PDA).

É de realçar que todas estas organizações desconheciam os problemas reais de Angola e equacionavam a situação angolana com base no conhecimento que elas tinham no Congo.

De todas estas organizações, o MPLA, era pois a única que se tinha formado no interior de Angola e que interpretava os sentimentos do povo angolano.

Entretanto, perante a vaga nacionalista, os colonialistas reagem: em 1957 é instalada em Angola, a PIDE, a polícia - política portuguesa. De 1957 a 1961 todas as cidades, todas as vilas importantes, todas as aldeias fronteiriças foram ocupadas pela PIDE.

Apesar disso, em 1958, as actividades clandestinas atingem um grau elevado de eficácia: panfletos, proclamações, criação de escolas clandestinas, provocam movimentos reivindicativos que atingem sobretudo os camponeses que começavam a recuar o chamado "contrato" (quer dizer, trabalho forçado) e a pagar imposto.

O colonialismo reage brutalmente: em 29 de Março de 1959 um raid policial leva às cadeias da PIDE uma dezena de conhecidos nacionalistas, uma enorme multidão de patriotas.

Em 26 de Abril, a força aérea portuguesa instala-se em Angola com grande aparato. Tentando atemorizar a população, a força aérea procede nas principais cidades (Luanda, Huambo, ou Nova Lisboa, Lubango ou Sá da Bandeira, e Lobito e Benguela) a exercícios militares e ao lançamento de bombas "napalm".

Ao mesmo tempo, eram distribuídas armas aos colonos e cedidos campos de tiro, para treino. O colonialismo português preparava-se febril-

mente para a guerra.

Em Julho de 1959, nova vaga de prisões, 150 pessoas entre os quais os dirigentes ILÍDIO MACHADO, CARLOS VIEIRA DIAS, HIGINIO AIRES, ANDRÉ MINGAS.

Entretanto, a delegação do MPLA no exterior ia participando nas reuniões africanas e dando a conhecer ao mundo a gravidade da situação colonial em Angola.

Em 15 de Junho de 1960, o MPLA publica a DECLARAÇÃO AO GOVERNO PORTUGUÊS na qual propunha as condições para a solução pacífica do problema colonial. Pela voz do seu órgão oficial, o jornal "Diário da Manhã", o governo português rejeita insolentemente tais propostas e, como resposta, procede novas prisões em massa em Luanda, Lobito, Malange e Dalatando, ao mesmo tempo que reforçava as suas forças militares.

Pouco depois, no dia 8 de Junho de 1960, na cidade de Luanda, o director da PIDE procede a prisão do então Presidente de Honra do MPLA, DOUTOR AGOSTINHO NETO, que é transferido para Lisboa e deportado sem julgamento para o Arquipélago de Cabo-verde.

Em sinal de protesto, a população de Icolo-e-Bengo, terra do Dr. Agostinho Neto, procede a uma manifestação pacífica pedindo a sua libertação. Os soldados portugueses abriram fogo contra esta manifestação fazendo 30 mortos e 200 feridos, este incidente ficou conhecido como o "Massacre de Icolo-e-Bengo".

Em 25 de Julho do mesmo ano, O Reverendo Padre Pinto de ANDRADE, foi igualmente feito prisioneiro para o Arquipélago de S. Tomé e Príncipe, sem julgamento.

Finalmente a 6 de Dezembro de 1960, o MPLA (de Angola), o PAIGC (da Guiné e Cabo-Verde) e o Goan League (de Goa) dão uma conferência de imprensa na Câmara dos Comuns em Londres, declarando: "Em lugar de considerar as proposições de uma solução pacífica da questão colonial, o governo português intensifica os preparativos para o desencandeamento de uma guerra. Com uma tal atitude, este governo não deixa senão uma alternativa aos movimentos nacionalistas: o uso da ACÇÃO DIRECTA.

O MPLA é pois o primeiro partido angolano a declarar publicamente que a luta armada é a única via para libertação do povo angolano.

A situação estava madura para os grandes acontecimentos: no dia 4 de FEVEREIRO DE 1961, centenas de patriotas dirigidos por militantes

do MPLA, apoderaram-se de algumas armas dos postos da polícia e dos "Jeeps" de patrulha nocturna e com elas atacaram as prisões de Luanda, com objectivo de libertarem os líderes do MPLA e outros nacionalistas que se encontravam presos.

Embora a acção tivesse falhado, ela marca o COMEÇO DA LUTA ARMADA EM ANGOLA. As repercussões internacionais são enormes e o Conselho de Segurança da ONU vê-se obrigado a condenar Portugal.

A vingança dos colonialistas foi brutal e no dia 5 de Fevereiro são massacrados 3.000 angolanos na cidade de Luanda.

Mas a chama nacionalista propaga-se rapidamente: na região algodoeira da Bixa do Cassange (distrito de Malange), os trabalhadores recusam-se a trabalhar, do que as tropas colonialistas respondem selvaticamente com massacre de 5.000 pessoas, a região de Dalatando (distrito de Cuanza-Norte) é por sua vez teatro de ataques armados e pouco a pouco a chama patriótica ganhou as regiões do Norte de Angola.

É importante notar que o Presidente da UPA, Holden Robert, que nesse momento se encontrava em Nova York, entrevistado pelo New York Times, na sua edição de 20 de Março" deplorou a extrema violência dos africanos contra colonos portugueses no norte do distrito de S. Salvador". Além disso "mister Holden disse que alguns membros da sua organização estariam envolvidos nos ataques, mas negou que eles estivessem agindo sob ordem do partido.

Esta confissão imediata e espontânea do chefe da UPA mostra bem o carácter espontâneo da revolta popular, que mais tarde a UPA pretendeu ter organizado.

De 18 a 20 de Abril de 1961 reuniu-se em Casablanca a 1.ª CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, em que participaram os principais partidos das colónias portuguesas e que hoje é constituída pelo MPLA, pelo PAIGC, pela FRELIMO, (de Moçambique) e pelo MLSTP (de S. Tomé e Príncipe). A UPA negou-se a participar nela. Esta organização, que instalou a sua sede em Rabat, tem por finalidade coordenar a luta político-militar em todas as colónias portuguesas.

O objectivo do MPLA era então o de elevar o nível da luta, através dum enquadramento eficaz de todos os combatentes. O objectivo da UPA era porém, diametralmente oposta, dispunha naquela altura, por motivos exclusivamente tribais, duma certa audiência no extremo-norte de Angola ao longo da fronteira com o Congo-Kinshasa, pretendia a todo o

custo impedir que os militantes do MPLA, treinados militarmente no estrangeiro, entrassem em Angola, para se juntarem aos maquis do MPLA no centro do norte do país, causando assim danos inestimáveis ao povo angolano, uma vez que o MPLA era o único partido capaz de conduzir eficazmente a luta armada.

Mas porque razão a UPA impedira a entrada dos militantes do MPLA? Porque sendo os dirigentes da UPA fantoches do imperialismo americano, queria impedir a todo custo a concorrência do verdadeiro partido nacionalista, o MPLA, ficando a UPA na órbita do imperialismo americano, não desejava uma independência total de Angola, antes pelo contrário, queira expulsar os portugueses para abrir as portas aos imperialistas americanos, porque sendo assim, os métodos da UPA eram radicalmente diferentes aos do MPLA: para ela tratava-se de provocações, intervenções populares violentos, mas desorganizadas, que conduzissem a expulsão dos portugueses mas que não gerassem um povo politizado, de modo a que facilmente os imperialistas pudessem ocupar os antigos lugares dos colonialistas, numa nova versão neo-colonialista da exploração de Angola.

Assim, a 9 de Outubro de 1961, um esquadrão do MPLA, sob a chefia do Comandante Tomás FERREIRA que ia juntar-se aos maquis do MPLA na região dos Dembos (Distrito do Cuanza-Norte) e socorrer as populações de Nambuangongo (Distrito de Luanda) que se encontravam cercadas e ameaçadas pelas tropas portuguesas, foi traída a uma cilada por grupos armados da UPA que o apresionaram na região de Kaluca, acabando por massacrar todos os seus combatentes.

Trata-se de um crime ignobil que nem o povo angolano, nem o MPLA esquecerão.

Por esta altura consolidava-se a instalação do MPLA em Kinshasa e a 30 de Outubro Mário de Andrade antigo presidente do MPLA numa conferência de Imprensa, expõe largamente os métodos e os objectivos do MPLA.

Em 1962, o MPLA consegue enviar algum armamento aos maquis do interior e envia para treino militar, em países africanos amigos, para cima de duas centenas de militantes.

Em Kinshasa, em 3 de Março de 1962, rebenta uma "bomba" no seio da UPA com a demissão simultânea de Marcos Kassanga e de André Kassinda, respectivamente "chefe do estado-maior da UPA e "secretário-geral" dum pretensu sindicato da UPA. Para ultrapassar a grave crise a UPA de parceria com a Alliazo (Alliance des Ressortissants de Zombo) que para o efeito se tinha passado a chamar "Parti Democrate de L'Ang-

ola" - PDA funda a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) quartel puramente tribalista, que nem sequer tinha em conta o partido mais representativo do nacionalismo angolano, o MPLA, e não representante do povo angolano.

O mês de Junho é dominado por um acontecimento de grande importância para o MPLA e para o povo angolano: concretiza-se o plano de fuga do Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho NETO.

A 3 de Dezembro começa a 1.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DO MPLA, em Kinshasa, em que se estabeleceu uma linha política, um plano de acção imediata uma nova estruturação do movimento em moldes, inteiramente democráticos. Nessa reunião foi eleito o Dr. Agostinho NETO para Presidente do MPLA.

Em Janeiro de 1963 o MPLA instala a primeira guerrilha organizada no enclave de Cabinda que por falta de uma segura base logística não chegou a tomar grandes proporções. É de considerar no entanto as vitórias obtidas durante o período em que ela actuou.

O ano de 1963 assiste a uma luta, cada vez mais aberta, entre o MPLA e um grupo fraccionista chefiado por Viriato da Cruz (Secretário-geral do MPLA até à conferência nacional), e que culmina com os tristes acontecimentos de Julho, quando este grupo fraccionista, em colaboração com a UPA, tentou em vão apoderar-se do bureau e dos bens do MPLA em Kinshasa. O Comité Director do MPLA, suspende imediatamente esses elementos. Embora tristes estes acontecimentos mostraram bem os militantes do MPLA o carácter oportunista das actividades fraccionistas.

De 13 a 18 de Julho a comissão de bons officios do comité dos nove da OUA vai a Kinshasa a estudar a possibilidade de unidade entre os dois partidos nacionalistas angolanos, mas posto perante o facto consumado do reconhecimento do "grae" pelo governo pro-americano de Adoula, (29 de Junho de 1963) e deixando-se submergir, a pressões exteriores á África, conclui sem nada verificar, sem nada analisar, sem nada estudar, e indo contra os objectivos que lhe tinham sido fixados na conferência da OUA de Addis-Abeba, pela necessidade do reconhecimento do governo Holden.

Apesar das imensas dificuldades criadas ao MPLA pelo imperialismo, o MPLA continua sempre a marchar em frente visando os seus objectivos supremos, a libertação total do povo angolano e a construção duma Angola Livre, Democrática e próspera. Assim o Mês de Abril de 1963 um destacamento político-militar do MPLA composto de 21 militantes sob a chefia do Comandante Jacob CAETANO, (Monstro Imortal) foi traçoelramente

atacado pelos bandos armados da UPA tendo sido assassinados 14 militantes do MPLA. Trata-se mais de um crime que nem o povo angolano nem o MPLA esquecerão.

Em fins de 1963, 2 de Novembro, o MPLA é expulso do Congo Kinshasa. E, no mesmo mês alguns dos seus dirigentes são presos como foi o caso dos camaradas Daniel Júlio CHIPENDA, Presidente da JMPLA e António José CONDESSE, responsável militar.

O imperialismo tinha tomado a sua última medida para afastar o MPLA da teatral da luta. Tão grande é o seu medo do MPLA, que o imperialismo não negligenciou nada para destruí-lo.

Brazzaville torna-se o principal centro das actividades do MPLA no exterior do país. O Governo Revolucionário de Mاسsemba-DEBAT concedeu sempre ao MPLA todas as facilidades para o prosseguimento das suas actividades nacionalistas.

O ano de 1964 vê realizar-se no mês de Janeiro a 1.ª CONFERÊNCIA DE QUADROS DO MPLA, que conduziu o Dr. Agostinho NETO ao cargo de Presidente do Movimento, condena as actividades divisionistas, e expulsa do MPLA o grupo fraccionista de Viriato da Cruz e seus acólitos.

A 1.ª Conferência de quadros é duma importância capital, ela marca uma nova etapa na história do MPLA e uma tomada de consciência dos militantes do MPLA perante os problemas graves que se agitavam.

Os acontecimentos de 1963, longe de enfraquecerem o MPLA, permitiram detectar os elementos no seu seio, favorecendo assim um fortalecimento das suas fileiras.

No mês de Maio de 1964 retomaram as operações militares do MPLA no distrito de Cabinda. A partir desta data os combates sucedem-se. Os colonialistas portugueses veem-se pela primeira vez perante forças militares organizadas, disciplinadas, altamente politizadas. A influência crescente no MPLA no interior do País, tem repercussões no estrangeiro: as visitas dos jornalistas aos maquis de Cabinda sucedem-se.

No mês de Julho de 1964, Jonas Savimbi, José Lihuca, e membros da UPA, respectivamente ministro dos negócios estrangeiros do "grae" e chefe dos serviços médicos do "grae" pedem a sua demissão.

Em Novembro desse ano, o Comité dos Três da OUA dirige-se ao



Congo-Brazzaville para inquirir "in loco" as actividades dos movimentos nacionalistas angolanos e chega a conclusão de que o MPLA é um movimento nacionalista sério que merece o apoio da OUA.

A partir dessa altura o grae entra numa crise profunda, de que não se refez até hoje. Sem combates no interior do País, perdendo a sua influência à base tribal no interior do País, (pelo simples facto do povo se ter cansado da sua demagogia), vendo-se separado dos seus mais importantes elementos no exterior, perdendo o apoio da OUA, o grae entrou num estado de letargia, de que só sai de quando em vez para fazer declarações vazias de qualquer fundamento.

Em 1965 prosseguem as actividades militares do MPLA no distrito de Cabinda, que atingem novas proporções. As vitórias do MPLA acumulam-se e com elas o pânico dos colonialistas, que reconhecem nos seus órgãos de informação o MPLA como o seu real inimigo.

O conselho de ministros da OUA reunido em Náirobi, de 29 de Fevereiro a 9 de Março de 1965 reconhece o MPLA como uma organização nacionalista que conduz a luta armada em Angola e apela para que o MPLA e o grae cooperem com o Comité dos Três em vista da realização duma frente unida em Angola.

O MPLA é, pois, de novo reconhecido pela OUA que passa a considerar o nacionalismo angolano polarizado em dois movimentos: MPLA e grae.

A 4.<sup>a</sup> Conferência da organização de Solidariedade Afro-Asiática (9 a 15 de Maio de 1965) decide por unanimidade a exclusão do "grae" da sua organização, a qual ele tinha sido admitido no Mês de Março de 1964.

Em 21 de Junho de 1965) a um "golpe de estado" a UPA, Alexandre Taty, "ministro do armamento" de Holden Roberto, num comunicado de imprensa, anuncia a destituição do seu chefe e a criação da junta "junta-militar" em substituição do "grae", ao mesmo tempo que os seus sequazes atacam as instalações da UPA em Kinshasa. O "golpe" falha e Taty entrega-se aos portugueses.

Um mês mais tarde Rosário Neto, "ministro de informação" do "grae" pede a sua demissão.

De 3 a 8 de Outubro de 1965 runc-se a 2.<sup>a</sup> Conferência da CONCP em Dar-es-salaam. Estão presentes observadores do FNL do Sul do Vietnam, da Argélia, da Guiné, da República Democrática Alemã, da China

Popular, da União Soviética, da Jugoslávia, do Conselho Mundial da Paz, etc. A 2.ª Conferência da CONCP decidiu a coordenação da acção militar em Angola, na Guiné-Bissau em Moçambique, e o estabelecimento duma estratégia militar comum.

De 21 a 25 de Outubro de 1965 reune-se em Accra a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da OUA que aprova as resoluções do conselho de ministro da OUA (Março de 1965) sobre o problema angolano.

Esta conferência promete dispensar, ao MPLA assistência técnica e material.

Em 1966, não só prosseguem as actividades no distrito de Cabinda, como também é aberta, pelo MPLA, a frente LESTE, (18 de Maio de 1966) e é reforçada a frente Norte (nas regiões de Nambuangongo e Dembos.

As actividades do MPLA na frente Leste inscrevem-se num território mais de 4 vezes maior do que Portugal.

A abertura da frente Leste e o reforço da frente Norte, são duas vitórias brilhantes do MPLA que, graças a um esforço titânico, a uma perseverança sem limites, soube ultrapassar os inúmeros obstáculos criados pelos imperialistas e que tendiam a afastá-lo do teatro da luta e impedir assim que realizasse a sua missão histórica: libertar Angola do jugo colonialista imperialista.

A iniciativa da luta que havia pertencido as forças nacionalistas em princípios de 1961, passa para o exército colonial nos últimos meses deste ano. Mas os grandes acontecimentos político-militares de 1966, permitiram que as forças nacionalistas tomassem de novo a iniciativa da luta.

Mas enquanto que em 1961 as forças nacionalistas estavam desorganizadas, e a inexperiência do povo permitia que movimentos pseudo-nacionalistas se arvorassem em dirigentes da luta. em 1966, as forças combatentes estão perfeitamente organizadas em torno do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Este é um acontecimento maior, que nunca é demasiado soblinhá-lo.

Por outro lado, as dificuldades encontradas por Portugal colonialista são cada vez maiores, não só no campo militar como no campo económico e financeiro.

O ano de 1966 foi o ano decisivo para Angola e para o MPLA e marca uma nova etapa na luta do povo angolano, na medida em que o MPLA se

afirmou a única organização que conduz efectivamente o combate armado contra o colonialismo português.

Hoje em dia, os jornais de todo mundo transcrevem os comunicados de guerra do MPLA e é o próprio ministro da guerra portuguesa General Gomes de Araújo, que numa conferência de imprensa declarou que com a presença do MPLA a guerra se tinha intelectualizado", o que significa que a guerrilha tinha atingido um grau de organização, de disciplina e de politização absolutamente desconhecido em Angola, pelo simples facto de o MPLA a ter passado a conduzir.

## SITUAÇÃO ACTUAL DA LUTA E PERSPECTIVAS

A actual situação político-militar no interior do nosso país pode definir-se como a evolução do processo determinante da generalização da luta armada de libertação por todo o território nacional sob a orientação exclusiva do MPLA.

Os esforços de seis anos de actividades político-militar do MPLA tenderam a minar mais e mais o dispositivo militar e o aparelho repressivo das forças colonialistas, arrasar por acções rápidas e constantes o moral da soldadesca colonial e criar pela luta diária e mobilização permanente do nosso povo as condições da extensão profunda da luta armada.

O MPLA, organização de vanguarda do povo angolano em luta e a única força armada organizada, temida e combatida pelo colonialismo português e visada directamente pelos ataques e complots dos monopólios internacionais que se forçam em manter o "statu quo" de sua dominação de rapina, exploração duma das regiões mais ricas do Continente africano.

Pelo facto de o imperialismo internacional, através do pacto militar da OTAN, dar todo o seu apoio diplomático, político, financeiro e técnico a Portugal, a nossa luta reveste-se de condicionalismos determinantes do género de guerra que desencadeamos e da natureza dos inimigos e interesses em presença, bem como das consequências da nossa luta de libertação nacional na solução dos problemas explosivos da África Austral.

Dai a exigência do aperfeiçoamento constante do nível material, político e técnico da nossa organização político-militar para destruir as forças colonialistas e responder ao seu dever histórico, e a necessidade crescente da solidariedade africana para com a luta de libertação do povo angolano. através do apoio incondicional e militante dos povos e dos governos africanos e dos órgãos da OUA ao MPLA. Só ao MPLA, como

única organização combatente e única capaz de organizar política e militarmente as populações contra o colonialismo, deve ser dado o exclusivo da ajuda da Organização da Unidade Africana. Para tal das medidas se impõem:

- Liberdade de acção para o MPLA nos países limítrofes
- Revisão do reconhecimento do dito "2 grae", sem prestígio e sem representatividade.

A presença efectiva e activa do MPLA em três frentes obriga o inimigo a um esforço superior às suas possibilidades de luta. Para que Portugal possa suportar o aumento das despesas militares que a sua economia bastarda dos monopólios estrangeiros não pode aguentar tem de recorrer mais e mais a OTAN, aceitar a maior interferência dos Estados da América no problema angolano e o expansionismo da Alemanha Federal, os mais directamente interessados na usurpação e saques das riquezas do nosso país. Diante do enorme esforço de guerra a que está obrigado, sob uma pretendida comunidade luso-brasileira, é cada vez mais aberta a participação do Brasil na altura contra os povos das colónias portuguesas.

Os apoios imperialistas, as operações de limpeza das forças aéreas, navais e terrestres combinadas, não conseguem dobrar a determinação do nosso povo que reduz ao fracasso as tentativas inimigas de liquidação dos focos de resistência Militar organizada do MPLA e desfaz os complots imperialistas que lutam em vão para retirar o MPLA da cena político-militar do nacionalismo angolano.

Em Cabinda, enclave a noroeste de Angola, entre os dois Congos, a luta está muito avançada. Foi a primeira frente, bem organizada e dirigida efectivamente pela direcção do nosso Movimento. Nossa maior preocupação é de reforçar a organização do nosso povo nas regiões que escapam ao controle dos portugueses. Estes tentam organizar uma força contra-revolucionária apoiando-se em Alexandre Taty, "ex-ministro" do armamento do chamado "grae" e que se juntou aos portugueses para se pôr à luta de libertação dirigida pelo MPLA. Mas esta manobra é incapaz de travar a luta em Cabinda. Cada vez mais se alastram as acções militares-políticas.

Aumenta a insegurança pelo território nacional e nem a aviação inimiga, nem as vias flúvias escapam já a acção dos destacamentos político-militares.

Os inimigos, obrigados pelas emboscadas e sabotagens constantes a uma permanência prolongada nos quartéis e acampamentos nem já, entrincheirados encontram abrigo, aí mesmos os atinge o fogo das nossas

armas e é pilonado pelo tiro de nossos morteiros.

Os quartéis de Sanga e o posto de Massabi em Cabinda, os postos e quartéis de Chilemba, Karipande, Ninda e Sete na região Leste, sofreram com os nossos ataques desgastes materiais e humanos e a perda de depósitos de munições varridos pelas (explosões).

O estado da situação económica piora lá onde a economia se encontra já paralizada e fazem-se sentir ameaças de paralização nas zonas mais activas da nossa operação de guerrilha.

Tudo tem sido feito para transformação qualitativo e quantitativa da nossa guerrilha. Dembos Nambuangongo reforçadas em meios materiais e humanos, reanimam-se e novas perspectivas se abrem para os focos tradicionais de resistência do nosso povo, mantida durante seis anos contra as pressões armadas colonialistas, as actividades destrutivas dos lacaios do imperialismo e contra as manobras directas do imperialismo americano para quebrar a resistência do nosso povo e destruir o MPLA e a sua actividade político-militar.

A abertura da Frente Leste marca uma etapa que transforma o processo da nossa luta libertadora, diminuindo as pressões antes concentradas exclusivamente nos tradicionais e antigos sectores de resistência. É nessa Frente que se desenvolve hoje o grosso da nossa actividade político-militar. A evolução das actividades nesta região vai criar a mobilidade das frentes de luta, tendo como resultado uma frente de luta armada generalizada por todo o território nacional. O inimigo obrigado a uma grande dispersão de suas forças será mais fraco e vulnerável e a mercê da iniciativa dos nossos destacamentos de guerrilha.

Os colonialistas conhecem e temem esta nova situação criada, como sabem dos esforços a despende e das alianças a reforçar para tentar remedia-la. Este facto pressionou-os a declarar e a atestar a presença real e efectiva da nossa organização combatente em 3 frentes e atribuem, sem equívoco ao MPLA a abertura da Frente Leste.

**COMO INDICATIVO DAS PERSPECTIVAS QUE SE ABREM A NOSSA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL É O EXAME DO BILAN PARCIAL DOS OITO MESES DE FUNCIONAMENTO DA REGIÃO LESTE ABERTA EM MAIO PASSADO ASSIM**

**APRESENTADO : —**

Mortos	977
Feridos	mais de um milhar
Viaturas inimigas destruidas	9
Pontes destruidas	6
Lanchas destruidas	5
Quartéis atacados	4
Aviões abatidos	3
Traidores mortos	9

Nesse período foram efectuados mais de 240 missões re reconecti-

mentos, 12 raids (surtidas), 39 emboscadas e 4 combates.

A decisão, a persistência e a coragem do MPLA e o apoio do nosso povo permitiram a abertura da Frente Leste. Este facto garante a continuação da nossa luta de libertação nacional contra todas as dificuldades.

Nada poderá travar as aspirações de liberdade e independência do nosso povo. O MPLA não trairá a confiança que em si deposita o nosso povo. E hoje com os sucessos obtidos e a experiência ganha neste aniversário podemos afirmar com confiança e determinação que a VITÓRIA É CERTA.

Este aniversário marca a evolução duma situação e redifine perspectiva: *radicalizar por todo o território nacional as estruturas da nossa organização político-militar e realizar a palavra de ordem do nosso Movimento de fazer de 1967 o ano da generalização da luta armada por todo o território nacional.*

Desenvolver a nossa luta, inflingir mais derrotas ao colonialismo português é a retribuição militante da colaboração, do apoio e da solidariedade dos povos das colónias portuguesas para com Angola e o MPLA. O MPLA está totalmente engajado na luta do povo moçambicano, sob a orientação da FRELIMO e dos povos da Guiné e Cabo-Verde sob a orientação do PAIGC e como no passado está disposto a colaborar mais activa e estreitamente para precipitar a derrota do colonialismo português e seus aliados da OTAN.

Combater firmes até a vitória e a nossa contribuição digna e combativa e o nosso apoio a luta heróica dos nossos camaradas do Viet-Nam que no Norte e no Sul enfrentam com uma heroicidade sem limites o maior inimigo dos povos, o imperialismo americano.

A certeza da vitória do corajoso povo Vietnamita que luta pela libertação do Sul e unificação da Pátria reafirma em nós a certeza da nossa vitória. Camaradas do Viet-Nam, o Povo angolano em armas está ao vosso lado e pronto a defender na frente de luta as firmezas das vossas posições.

Aos povos da África do Sul, do Zimbabwé e do Sudoeste Africano o MPLA exprime todo o seu apoio e continuará a seu lado para que se põe termo duma vez para sempre a dominação duma maioria branca apoiada pelos monopólos internacionais e pelas forças imperialistas. Mais duma vez o MPLA definiu a sua posição e hoje, solenemente reafirma que só a força e só o povo do Zimbabwé pode resolver o problema da Rodésia.

Com os povos da Améirca Latina em luta permanente contra a dominação da exploração e opressão yank, o MPLA continuará a luta com os

povos dos três continentes e do mundo contra o imperialismo americano e contra a dominação imperialista.

Tanto mais certos da nossa vitória quanto é certo que no seu combate o MPLA não está só. Conta com amizade e apoio desinteressados dos países socialistas e com a solidariedade das organizações de massas e dos povos dos países ocidentais. O MPLA e o nosso povo farão tudo para não desmerecer e para aumentar essas manifestações de apoio para com a nossa luta.

O MPLA não falhará. No interesse do nosso povo dos povos combatentes das colónias portuguesas e dos povos oprimidos dos Três Continentes faremos tudo para infligir maiores derrotas ao colonialismo português. Não trairemos a solidariedade dos povos africanos e do mundo à nossa causa. Combateremos conseqüentemente o colonialismo português e desmascaremos as manobras imperialistas que tentam desviar a luta do nosso povo dos seus objectivos fundamentais.

Para respeitar e fazer respeitar a nossa luta fecundada com o sangue dos nossos heróicos camaradas, seremos inflexíveis diante dos inimigos internos e externos da nossa luta de libertação nacional. Exigentes connosco mesmo não toleraremos nunca por nunca a intromissão do imperialismo americano que se faz sentir abertamente desde 1961. A nossa decisão de luta inquebrantável até a vitória, será mantida.

Só a nossa continuação conseqüente da luta armada de libertação nacional conseguirá destruir as forças militares colonialistas, conquistar para o nosso povo a liberdade e a independência, defender as aspirações legítimas das camadas mais exploradas no nosso país, vingar o sangue dos nossos mártires e construir a vitória comum das colónias portuguesas de Moçambique, da Guiné dita portuguesa e Ilhas de Cabo Verde dirigidas pela FRELIMO e o PAIGC e contribuir para o processo da descolonização da África.

O MPLA entra assim no ano de 1967 cheio de esperanças num desenvolvimento cada vez mais rápido da luta do povo angolano, para Bem de Angola e do povo Angolano.

Que a África e o mundo inteiro saibam, daqui para diante, que só o MPLA tem o direito de representar todo o povo angolano.

Não são permitidos equívocos à cerca da questão nacional de Angola e nós apelamos a todos os irmãos africanos para terem em conta a reali-

dade da nossa luta de libertação afim de se evitarem ou repararem alguns erros anteriormente cometidos que provaram ser extraordinariamente prejudiciais à luta do nosso povo, assim com a todo o continente africano.

A todos aqueles que nunca cessaram de ajudar o MPLA como o único interlocutor válido do nosso povo revolucionário, nós expressamos a nossa gratidão, reafirmamos, mais uma vez, a nossa determinação inquebrantável de continuar a nossa luta até o dia em que todos os colonialistas e imperialistas forem expulsos definitivamente do nosso país.

= extermine

- numerosos

Zombo é uma pequena região do extremo-norte de Angola, donde se conclui o carácter profundamente tribalista desta organização.

*Edição do Comissariado Político do Estado Maior  
Geral das FAPLA, de acordo com a Edição em*

**DAR-ES-LALAAM**

**4-2-67**

**JT/.**



Composto e Impresso

— na —

Tipografia Regral

MANUEL QUIVOLI LARA

0207  
AC-06